

Mídia, política e afetos: o Reino Unido após o Brexit

Entrevista com Stephen Coleman

REVISTA
com **política**


revista compolítica

2018, vol. 8(1)

compolitica.org/revista

ISSN: 2236-4781

DOI: 10.21878/compolitica.2018.8.1.214

 Open Access Journal

Alessandra Aldé

Universidade Estadual do Rio de Janeiro
[Rio de Janeiro State University]

Mídia, política e afetos: o Reino Unido após o Brexit

Alessandra ALDÉ

Stephen Coleman é professor de comunicação política na Escola de Mídia e Comunicação da Universidade de Leeds, uma das mais importantes do Reino Unido. Ele é autor de *How Voters Feel* (2013), do *Handbook of Digital Politics* (2015, organizado com Deen Freelon) e, mais recentemente, *Can The Internet Strengthen Democracy?* (2017). Seu trabalho tem grande influência no campo de estudos sobre internet e política, especialmente no que diz respeito ao uso da comunicação política e da internet pelos cidadãos e pela cultura popular. O professor Coleman recebeu Alessandra Aldé em seu escritório poucos dias após a votação do referendo sobre a permanência do Reino Unido na União Europeia, em 2016, para esta entrevista exclusiva. Durante mais de uma hora, acomodado em sua poltrona, discorreu sobre alguns de seus assuntos preferidos, detendo-se especialmente sobre o significado da dinâmica e do resultado do Referendo para a política britânica, e também como sintoma de tendências mais globais. Ainda sob o impacto da comoção causada pelo resultado, imprevisto para muitos observadores, o próprio Coleman explica porque não se surpreendeu, e sua análise mostra-se dramaticamente pertinente no cenário dos mais recentes desenvolvimentos da política internacional e doméstica.

Professor Coleman, gostaria que analisasse o recente Referendo sobre a saída do Reino Unido da União Europeia. Como você vê, não apenas o resultado, mas também o processo das dinâmicas da opinião pública e a surpresa quanto ao grau de animosidade, falta de solidariedade e apego aos valores democráticos? Parece que há uma crise de representação que inclui esses sentimentos democráticos, essa consciência política básica.

A democracia, tal como se desenvolveu neste país, sempre se baseou num compromisso quanto à democracia constitucional, mas ninguém nunca aceitou a democracia cultural.

Portanto, era uma democracia em que havia uma noção essencialmente pré-democrática de massas, de que as pessoas, o público, não podem enfrentar um desafio cognitivo maior. Ora, as pessoas enfrentam obstáculos cognitivos em relação a tudo o que fazem, todos enfrentamos. Isso não significa que não podemos alcançar a consciência política. Esse pressuposto implica que a mídia precisa atuar em torno desse deficit cultural, tem que falar para as pessoas pressupondo que elas não têm capacidade de entender mensagens racionais. Isso já é assim há muito tempo, mas também tivemos uma boa dose de sorte no decorrer do processo, pois esse equilíbrio funcionou durante um tempo bastante longo, e a democracia constitucional tornou-se uma maneira de conseguir os resultados culturais que queríamos. Você coloca questões às pessoas, elas voltam e lhe dão o tipo de respostas que você quer que elas lhe deem. Isso é parte do processo de pluralismo – pluralismo partidário, pluralismo na mídia, mas com uma agenda bastante estreita. O que aconteceu neste Referendo foi que o desprezo cultural voltou para morder a elite política, para mostrar que não se pode ter uma democracia baseada na operação de um modelo de propaganda. A campanha pelo *Leave* foi construída em torno de um modelo de propaganda em dois aspectos: em primeiro lugar, foi conduzida por uma ideologia de imprensa tabloide. Vários partidários do *Remain* me escreveram esta semana, dizendo: “Por que isso aconteceu? Como pôde ter acontecido?” E eu tenho dito a eles: vocês, que votaram *Remain*, não fazem o que eu faço todos os dias, que é ler os jornais tabloides. Eu sou pago para lê-los. Se você lê os tabloides, a surpresa não é tão grande. São uma mídia constantemente racista, xenófoba, populista, não muito diferente do resto do mundo – na verdade, em certos aspectos uma das piores mídias de tabloide do mundo. A segunda razão pela qual isso pode ser considerado uma consequência é que nós temos um sistema de “imparcialidade” na nossa mídia pública, particularmente nas emissoras, que acaba afirmando que se deve dar às mentiras o mesmo espaço que às verdades. A “imparcialidade” é a grande característica da mídia de serviço público. O pressuposto é de que se alguém representa o partido minoritário e está concorrendo à eleição, deve ter uma porção igual de tempo durante a campanha. Isso é perfeitamente razoável. Mas se você toma essa imparcialidade, como os serviços públicos de radiodifusão fizeram na Inglaterra, ao extremo de dizer que você tem liberdade, que lhe é dada uma licença para disseminar à massa da população inverdades simples e comprováveis, você terá consequências.

Temos portanto a imprensa tabloide, que dominou a política no país, (culminando) no Inquérito Leveson¹ e num governo que ignorou suas propostas. E uma mídia pública que adota a imparcialidade sem nenhuma preocupação com controle epistemológico. Além desses dois fatores, temos um grupo de políticos que cresceu principalmente no Partido Conservador, oportunisticamente, através da imprensa tabloide. Boris Johnson, o único trabalho que já teve foi como jornalista. Michael Gove, o único trabalho que já teve foi como jornalista. Hammond, o líder conservador no Parlamento Europeu, o único trabalho que teve foi como jornalista... São pessoas cuja única habilidade é fazer propaganda, ser publicitário. Agora, se você tem uma sociedade em que um dos requisitos básicos para entrar na política é ser um publicitário habilidoso – trata-se de um país que está correndo sérios riscos em relação à democracia. A consequência disso é muito simples.

O voto no *Leave* ganhou porque apelou para uma noção simplista de controle. Eles tinham uma mistura tóxica de, por um lado, apelar para uma noção simplista de democracia – as pessoas realmente amam a democracia –, e, por outro lado, um ódio aos especialistas. (O líder conservador) Michael Gove, durante a campanha do referendo, disse que “Especialistas cientistas são como as pessoas que serviram o Partido Nazista nos anos 30”. Esse é um homem que foi ministro, responsável pelo sistema jurídico inteiro do país sob o atual governo²! Quando você tem esse tipo de discurso, as consequências em termos de opinião pública não são uma surpresa para mim, na verdade.

Da forma como você descreve, parece um populismo de direita. Sempre pensamos na Europa em geral, e no Reino Unido em particular, como uma opinião pública mais educada e informada que a do nosso país, por exemplo.

Nós somos a classe trabalhadora pós-industrial. Quando eu me mudei para Leeds – eu cresci em Londres, sou londrino, um cosmopolita. Minha família vem de países europeus. A família da minha mãe é russa, a do meu pai, holandesa. Eu adoro ser europeu. Amo a

¹ Inquérito judicial sobre os abusos da mídia noticiosa. O objetivo era investigar o papel da imprensa e da polícia em um escândalo de grampos telefônicos, em 13 de julho de 2011. O lorde Leveson foi nomeado presidente do inquérito.

² Ministro da Justiça durante os governos conservadores de David Cameron, à época da entrevista, e Theresa May.

literatura, a música europeia, me vejo como um europeu. Depois fui morar em Oxford, que de certa forma é mais paroquial que Londres, mas ainda é uma cidade intelectual. Aí eu vim para Leeds. O que me surpreendeu, quando vim morar no norte da Inglaterra, foi minha exposição à classe trabalhadora branca pós-industrial. Em geral, não se encontra muitos deles em Oxford ou em Londres, embora seja possível encontrá-los, e sejam hoje a maioria neste país. Leeds é a primeira cidade industrial do mundo, a Revolução Industrial começou aqui. E agora temos essas pessoas que muitas vezes estão desempregadas há gerações. Não são só eles, são seus pais, seus avós... Se tornaram uma... Há conjuntos residenciais fora de Leeds que chocariam você – que conhece as favelas do Rio. Não estou dizendo que as pessoas estão vivendo na miséria, mas é surpreendente, são como desertos. Não há nada lá a não ser lojas de 1,99 e caixas eletrônicos, em que você se abastece de mercadoria roubada e tira um pouco de dinheiro. Estamos falando de milhões de pessoas nessa posição. Por outro lado você tem o sistema de comunicação política concentrado em Londres, dentro de uma bolha de pessoas de classe média, que saíram de Oxford ou Cambridge e, geralmente, frequentaram escolas de elite. Há uma desconexão. Então você está certa, nós tínhamos tradicionalmente uma população sofisticada e liberal, mas esse país está bem maduro para o populismo, pois estamos caminhando nessa direção, que é essencialmente uma direção americana.

Você considera uma tendência global?

É uma tendência global. Pode-se chamar de neoliberalismo, mas eu prefiro chamá-la capitalismo. Seja como for chamada, é uma tendência global, mas ocorre de maneira diferente em lugares diferentes. A razão pela qual é tão peculiar aqui na Grã-Bretanha é que aqui nós tínhamos esse *background* de Oxford e Cambridge, e o sistema de escolas públicas, o mercado de valores e a City de Londres. E, portanto, o mundo vê isso e não vê – é quase como um *apartheid*, você não vê a massa da classe trabalhadora desse país. Aí, de tempos em tempos, temos um jogo internacional de futebol e a massa da classe trabalhadora aparece e de repente as pessoas ficam: “Espera aí! O que está acontecendo? Eles são psicóticos!” E o motivo é que eles foram esquecidos por muito tempo. Os partidos políticos tradicionais... O Partido Trabalhista havia esquecido deles, o Partido

Conservador nunca gostou deles. A Europa parecia distante para eles. Eles não se veem ganhando dinheiro com ela, eles não entendem as regulações, eles tiveram essa narrativa incessante dos tabloides de que a Europa está estragando a vida deles. Um dos problemas da campanha pelo *Remain* (voltando à minha noção de compromisso cultural) foi de que ela operou considerando que a massa das pessoas não seria capaz de entender nada a não ser o discurso do medo. Então, houve uma “Operação Medo”, e, na realidade, não funcionou. Pois uma coisa que muitos deles disseram foi que não há nada para temer, pois nada poderia ser pior do que o jeito que as coisas estão. Quando as pessoas sentem que perderam tudo, embarcarão em qualquer tipo de alternativa populista.

Mas, comparados ao restante da Europa, os ingleses não estão tão mal assim...

Você tem que pensar nas pessoas que não têm nada. É por isso, aliás, que o comparecimento foi crucial para esse referendo. Todos diziam que um baixo comparecimento seria bom para o *Leave*, pois significaria que muitos jovens não teriam saído para votar, e um comparecimento maior teria sido bom para o *Remain*. Mas tivemos um comparecimento muito alto, porque as pessoas que saíram para votar foram pessoas que não votam nunca. Pelo que vi até agora, uma quantidade significativa de pessoas que votaram no referendo não havia votado em nenhuma eleição nos últimos 30 anos. Isso os motivou. Eles saíram e disseram: “Uau! É isso! Estamos retomando nosso país, vamos nos livrar dos imigrantes, vamos fazer tudo isso...” Um dos fatores foi puramente contingente e aleatório, o clima ruim em Londres no dia do Referendo. Então, em Londres, que era pelo *Remain*, muita gente ficou em casa. Londres teve um comparecimento ligeiramente menor que o resto do país, onde (a votação) disparou e pessoas que normalmente não votam foram votar, e simplesmente virou.

(...)

O que eu penso sobre a campanha do *Leave* (e acredito que o ocorrido hoje com Boris Johnson [retirando seu nome como candidato a líder pelo Partido Conservador] é prova de que estou correto) é que o Boris Johnson não queria vencer. O Referendo tem mais relação com brigas internas no Partido Conservador. O Johnson liderou a campanha do *Leave*, mas

poderia ter liderado facilmente a do *Remain*, não é um homem de princípios profundos. O motivo pelo qual ele apoiou e liderou a campanha do *Leave* foi para envergonhar o Cameron. Ele queria que a campanha do *Leave* perdesse por pouco, e ele então teria vindo e dito: “Bem, vejam, posso liderar a permanência na Europa, e ainda ajudar a manter alguns desses *leavers* do nosso lado”. Mas levou mais do que pediu. Ele venceu. Alguém no *The Guardian* escreveu sobre Michael Gove o outro líder dos conservadores que também não planejava vencer. Usou uma frase linda, disse que no dia depois do referendo o Michael Gove parecia um estudante voltando de uma viagem com drogas para perceber que matou seu melhor amigo. Esses caras de repente olharam em volta e pensaram: “Espera, nós queríamos vencer uma batalha no Partido Conservador, não queríamos detonar a economia britânica!” Mas tinham feito. E acredito que é por isso que hoje o Boris Johnson decidiu desistir.

Ninguém acreditava que isso pudesse acontecer.

Não. Acho que havia uma crença de que, se o comparecimento fosse como normalmente é, o resultado seria pelo *Remain*.

Sua tese é sobre como as pessoas se engajam. Como vê a participação cidadã ao longo do processo?

Isso é o cerne da questão. Me parece que há três coisas relevantes no tipo de pesquisa que eu e você fazemos. Primeiro: o afeto não é algo separado da racionalidade. Nunca foi, e certamente não foi neste referendo. E nem deveria ser encarado com superioridade, como algo menos importante. É simplesmente um elemento de nossa aproximação com o mundo, não é motivo para condenar as pessoas. Mas o afeto por si só não pode determinar resultados políticos. Em segundo lugar, a inadequação persistente da mídia pública, particularmente neste país, como meu amigo James Blumler já vem dizendo, 40 anos antes de mim. Agora estamos sofrendo as consequências. E, em terceiro, temos o fracasso dos partidos políticos em se engajar com as pessoas, falar com as pessoas. Não há conversação nacional, o que há é uma competição nacional de grito. Você pode ver a mesma coisa,

piorada, nos Estados Unidos, com e em torno de Trump. Escrevi um texto chamado “A conversa sobre Trump”, uma análise sobre o Trump que realmente serve para o Referendo. A chave para ser um político, hoje em dia, é parecer não ser um político. E o problema da confiança, hoje, não é o velho problema da confiança, que é a falta de confiança nos políticos. O problema agora é o inverso: confiança demais nos políticos. Muitos anos atrás, o escritor G. K. Chesterton disse: “Quando as pessoas param de acreditar, elas não passam a acreditar em nada; elas acreditam em qualquer coisa”. E foi isso que aconteceu. Temos uma crise de confiança em que as pessoas pararam de acreditar no que quer que acreditassem antes, mas isso não significa que elas simplesmente pararam de crer, significa que agora estão crédulos, estão abertos. Isso é um grande problema para nós, não apenas neste país, é uma tendência global.

É uma conclusão surpreendente. É verdade que há um declínio da confiança em relação a políticos, partidos e até mesmo aos meios noticiosos. O que você está dizendo é que as pessoas estão procurando referências fora destas instituições.

Sim, é isso mesmo, eu concordo. Também acho que, bem, “confiança”... Tantas palavras foram usadas nos estudos de comunicação política. Nós as esticamos demais. Como “Opinião Pública”. O que é a opinião pública? E assim por diante. Penso que “confiança” é outra dessas palavras. Primeiro dizemos: “Não há confiança suficiente!”, depois dizemos: “Sim, mas talvez não tenha que haver confiança demais...” A questão da confiança tem a ver com duas dimensões psicológicas que podem ser denominadas de forma abrangente como “representação”, que também é política, e “projeção”. O que estamos vendo com Trump e o Referendo britânico é a mesma coisa que se viu em políticos populistas ao redor do mundo. É projeção, são pessoas em condição de dissonância cognitiva em que olham para os líderes e dizem: “Eu sei que esses líderes acreditam no que eu acredito”. E uma vez feita essa associação, mesmo que o líder diga algo diferente, não importa. Quando Trump diz que pode sair e atirar em pessoas no meio de Nova Iorque e as pessoas continuariam votando nele, é porque ele entendeu isso. A projeção é tão grande que eles o perdoarão, e isso é um problema. Me lembro que, quando Tony Blair foi eleito, em 1997, isso foi muito positivo para o governo trabalhista. Vínhamos de um longo período, 18 anos, de governo

Thatcher, depois John Major... Foi um período muito ruim, no meu ponto de vista, para a Grã-Bretanha. Houve então um momento, entre 1997 e 2000, de projeção maravilhosa neste país, em que as pessoas olhavam para este Novo Trabalhismo e para este primeiro-ministro jovem, fotogênico, telegênico e diziam: “Ele é nós, é isso o que queremos ser. Cool Britannia. Queremos sacudir nosso passado vitoriano”. Não se trata realmente de confiança ou desconfiança, trata-se de projeção.

Gostaria de trazer para esta equação o elemento internet. Parece haver uma justaposição, uma coincidência entre acesso à internet e voto no Remain. As pessoas que votaram pelo Leave em geral eram mais velhas, mais pobres, menos educadas e menos urbanas. Isso se reflete de alguma forma também no acesso e interação com as respectivas campanhas? Você acha que isso pode ser parte da explicação?

Sim, acho mesmo que sim. Penso que nossos estudos sobre a internet – todos nós, isso é uma crítica do meu trabalho tanto quanto o de qualquer outro – nos concentramos muito nesse tipo de clivagem socioeconômica, mas recentemente tivemos que nos deparar com o fato de que elas não explicam tudo. Trata-se também do que as pessoas fazem com a internet, o que fazem politicamente. Mesmo deixando de lado todas as outras coisas que as pessoas estão fazendo online, falando daqueles que usam a internet politicamente, eles estão usando para usos e gratificações muito diferentes. Nós focamos tanto na dimensão criativa da internet que deixamos de prestar suficiente atenção a algo bastante contraintuitivo que a internet estava fazendo, que é desacelerar a política. Para os criativos, a internet acelera a política. Você está assistindo a um debate, está tuitando ao mesmo tempo, e isso reforça um grupo de pessoas que já estava fazendo isso. Eles estão se tornando melhores no engajamento político. E já temos boas evidências de que (a) está tendo este efeito e (b) algumas pessoas que não fazem isso offline agora passaram a fazer online. Especialmente gente mais jovem. São boas evidências e pesquisa empírica interessante. O que estamos negligenciando são todas as outras pessoas em torno que não usam a internet, ou usam apenas para tipos tradicionais de vigilância, gratificações. Me parece que, em relação à internet política, [essa abordagem] tem sido realmente mal sucedida, inadequada.

Isso está na base de um projeto recente de pesquisa, um dos meus maiores projetos no momento, uma tentativa de criar o que estamos chamando de “*slow politics*”. Começamos com os debates eleitorais televisivos. Agora queremos criar uma plataforma para as próximas eleições em que assistir ao debate na televisão ou tuitar em tempo real não sejam os únicos momentos de tomada de decisão. Pois poucos de nós tomamos decisões em tempo real. Então estamos pensando em como desacelerar parte disso e checar os fatos. Ver como os argumentos se conectam, fazer análise retórica da performance do político, para que quando eles usem seus truques... Penso que é uma plataforma muito boa, um projeto realmente animador. E tivemos sorte, recebemos cerca de meio milhão de libras de um dos conselhos de pesquisa para esse trabalho, um projeto tecnológico, bem como de Ciências Sociais. No nível teórico, o que informa o projeto é a teoria das capacidades de Amartya Sen, um trabalho que tradicionalmente é usado para pensar políticas de bem-estar. A questão que Sen, o economista, faz é: “Do que as pessoas precisam para funcionar como o tipo de ser humano que elas querem ser?”. Nós traduzimos essa pergunta como: “Do que os cidadãos precisam para agir como o tipo de pessoas democráticas que elas querem ser?” Fizemos então um grande volume de pesquisa qualitativa em que tentamos produzir uma lista de capacidades que as pessoas queriam, depois tentamos construir esta plataforma em torno dessas capacidades. Tem sido realmente interessante. O que me interessa nesse projeto é que ele se afasta da ideia de que a internet deveria ser uma tecnologia de reforço para os politicamente engajados e começa a enfrentar a questão do que a internet pode fazer de formas criativas e imaginativas para as pessoas que têm acesso à internet, mas estão, na verdade, fora da esfera política. Essa é a questão.

Quando você olha para as democracias reais, a maioria das pessoas não é politicamente muito interessada, pelo menos não no nível das expectativas das teorias democráticas. Quando estamos falando de capacidades, isso se refere às necessidades expressas pelas pessoas reais, ou estamos sendo idealistas?

É preciso ter cautela com a noção que a filósofa Martha Nussbaum chamou de preferências adaptativas. Ela diz que se você pergunta a pessoas que não têm educação se elas precisam de mais educação, é possível que elas respondam que não. As pessoas se adaptam ao que

elas não têm. É aqui que entra a deliberação, pois parte da teoria das capacidades implica tentar estimular as pessoas a entender e traduzir suas necessidades como tais. Não apenas como desejos e necessidades, pois você pode querer algo num nível adaptativo, mas do que é que você realmente precisa? Em termos de democracia isso é crucial. Nós tentamos trabalhar principalmente com pessoas não engajadas politicamente, perguntando a elas: “O que tornaria você politicamente engajado?”, “Do que lhe falta?” e assim por diante. Isso envolveu um processo qualitativo que teve que confrontar coisas, como as dimensões psicológicas, que os cientistas políticos normalmente hesitam em abordar, como o constrangimento, a vergonha... Muitas pessoas nos nossos grupos nos disseram: “Eu tenho pontos de vista, mas tenho medo que se eu disser alguma coisa, alguém aí vai perguntar”. Como falar francês quando você está em Paris: eu preciso dizer alguma coisa, mas o que acontece se alguém falar de volta e eu não entender o que eles estão dizendo? Então não digo nada. Ou outros que diziam: “Uma vez eu disse algo e alguém me ridicularizou”, e outro que diz: “Porque não posso falar com as outras pessoas, se quero que isso seja um processo social?”, e outro ainda que diz: “Eu quero ser reconhecido pelas pessoas”. Parte do que eu quero de um político não é apenas me contar como ele pode me ajudar, ou me dizer a verdade. Quero que ele tenha a sensação de me conhecer, ou conhecer pessoas como eu, de que eles têm sentimentos por mim. Ora, essa é uma capacidade além da necessidade, no sentido de que é muito difícil exprimi-la em termos de demanda. Não se pode dizer aos políticos que eles têm que reconhecer as pessoas. Mas se eles não reconhecerem, e nós não tivermos os meios de habilitar as pessoas a conseguir essas coisas, suspeito que em breve estaremos lidando com níveis de desengajamento maiores ainda. Trata-se de enfrentar o desengajamento a partir de ângulos bastante distintos e tentar entender o que poderia criar um cidadão engajado. E eu acho que a internet é realmente importante nisso. Tenho colegas, como Todd Graham (que aliás está vindo em setembro trabalhar conosco aqui em Leeds), com os quais tenho trabalhado muito sobre como a conversação política emerge em contextos não-políticos. A tese de doutorado do Todd Graham, em cuja banca estive alguns anos atrás, era um estudo de um programa de televisão chamado “Troca de esposas”, em que você pega alguém de um tipo de família e coloca em outro tipo de família. É um *reality show*, um programa de televisão muito popular. E eles tinham um fórum online em que discutiam questões, onde diriam coisas como: “Porque essa família de classe média

faz essas coisas?” ou “Como eles tratam as crianças?”, “Quais são suas atitudes em relação ao trabalho?”, e assim por diante. Ele pegou o fórum do Troca de Esposas e o fórum do jornal *The Guardian*, talvez o fórum de discussão política mais sofisticado do Reino Unido, aplicou medidas de deliberação a ambos e descobriu que havia muito mais deliberação normativa no Troca de Esposas do que no *The Guardian*. Porque quando as pessoas vão falar sobre política, elas entram em um determinado enquadramento, uma espécie de pré-enquadramento do que significa falar sobre política, que frequentemente é adversarial. Ou para salvar as aparências. Jogar nos outros fatos e demandas, enquanto o que se encontra quando há uma discussão “não política” é que as pessoas estão falando sobre poder social em seus próprios termos. E é isso que está movendo a política para esses termos. É uma opção normativa muito importante.

Parece que a internet torna as pessoas mais ousadas para falar de política, expor seu pensamento. E o tipo de conteúdo não é necessariamente político, como os memes, o humor e mesmo os programas televisivos. Eu ouvi de pessoas: “Ah, eu não sigo as notícias” ou “Eu acompanho o Referendo apenas pelo Facebook e em programas de comédia”. Me parece que não é exatamente disso que você está falando...

Não, mas é muito relevante. Eu acho que é uma conclusão lógica: quanto mais simbólica se torna a comunicação política, ela eventualmente acaba se tornando puramente simbólica. Em nosso estudo vimos que as pessoas que estão assistindo ao programa do John Stewart³ sabiam mais sobre o que está na agenda política do que muitas pessoas que assistem às notícias em algo como a Fox News. Este é um achado muito interessante que corrobora o que sabemos a partir do estudo da exposição inadvertida às notícias. Se a primeira pergunta que você faz a alguém é: “Você fala de política no Facebook?”, ela responderá que não. Mas isso não é porque eles não falam de política, é porque eles não entendem a pergunta. Precisamos reenquadrar essa pergunta. O que sabemos é que, inadvertidamente, elas podem

³ Apresentador do *The Daily Show* de 1992 até 2015, nos Estados Unidos.

ser expostas a valores que não tinham ideia que existissem. Podem descobrir que precisam repensar a maneira como dizem certas coisas.

Em termos da ousadia e a estridência da política online, que sem dúvida está lá, trata-se de um fator do design. Claramente, não é uma consequência determinada pela tecnologia. Tivemos o mesmo debate sobre a televisão nos anos 60 – que a televisão iria infantilizar as pessoas. Infantilizou algumas pessoas, educou outras. Já declarei publicamente que provavelmente obtive tanta educação vendo televisão quanto obtive indo à escola. Eu amo assistir televisão. Penso ter escolhido sabiamente o que assisti, e achei um meio maravilhoso para entender o mundo e pensar sobre as pessoas. E não tenho em mente apenas documentários, estou falando de novelas... Eu assisti todo tipo de coisas. Portanto, novamente, há trabalho de pesquisa muito importante a ser feito nessa área. Tive um estudante, que acabou de defender sua tese de doutorado, analisando cuidadosamente uma grande quantidade de dados, dezenas de milhares de mensagens, comparando diferentes abordagens de design e demonstrando muito claramente que escolher um desenho em vez de outro vai determinar que tipo de conversação vai acontecer. Quando eu fiz a primeira consulta online da história do Parlamento Britânico, todos me diziam: “Não podemos confiar nas pessoas online. Eles vão gritar, vão berrar...” O que realmente aconteceu foi que, durante todo o tempo em que estive à frente realizamos oito consultas, não retiramos uma única mensagem. Por quê? Acho que as pessoas sentiram, de certa forma, que estavam adentrando o Parlamento, mesmo que fosse apenas virtualmente. Elas sabiam que os deputados olhariam para isso, sentiam que era sua oportunidade de dizer algo. As pessoas, nesse sentido, são atores racionais. Se você as coloca em um espaço em que elas sabem que a única maneira de marcar seu ponto é gritar umas para as outras e dizer as coisas mais ofensivas, é isso o que elas vão fazer. Pois não é diferente do que fazemos offline. Se você for a um pub em Leeds às 22h30 de sexta-feira, você vai ver que é assim que as pessoas discutem política. Não estou querendo dizer que toda política offline é assim, significa apenas que pessoas bêbadas em pubs se comportam dessa forma. Com o desenho certo... É uma questão de infraestrutura, na qual eu acredito firmemente. Isso nos traz de volta ao ponto sobre a política lenta – *slow politics*. Nós temos que decidir. Temos que construir um design normativo para as infraestruturas da internet e temos que nos perguntar o que queremos. O que a nossa sociedade quer? É por isso que o Jay Blumler e eu nos batemos

há mais de dez anos por um espaço de serviço público online. Você precisa ser capaz de controlar [a internet]. Não estamos dizendo que queremos que toda a internet seja assim, mas queremos que haja lugares online onde as pessoas sabem que podem ir, em que há regras, protocolos democráticos, e que é governado inteiramente pelas normas democráticas. Acho que as pessoas dariam uma resposta incrível a isso.

E as ferramentas de petição online, que foram incorporadas inclusive pelo Parlamento Britânico? As pessoas efetivamente participam. Fiz uma pequena enquete e isso era algo que todos tinham feito. Você acha que é uma resposta?

Não, isso não responde. A ferramenta em si não é necessariamente má, mas penso que é uma ferramenta de agendamento. Isso é, provavelmente, bom, embora tenhamos que ser cuidadosos. Até a petição recente pedindo um segundo referendo, a maior petição online havia sido contra a construção de uma mesquita no bairro de Newham, na parte leste de Londres, para a qual não havia absolutamente nenhum projeto. Não apenas era uma petição bastante ofensiva contra algo, mas contra algo que não estava nem ocorrendo. Claramente, o problema com o sistema de petições é que não é deliberativo. Poderia ter sido deliberativo. No Parlamento Escocês, onde começaram com isso, tinham ambos, a petição e o fórum. Você apresentava seu caso, argumentava. Isso nos traz ao cerne do problema: que nós temos meia democracia. Temos uma democracia em que somos muitos bons em contar votos. Eu acho que temos um sistema eleitoral razoavelmente honesto nesse país. Algumas pessoas dizem que deveríamos ter representação proporcional, mas até que funciona, e não há uma quantidade enorme de fraude. Temos sistemas de petições em que você pode ajudar a estabelecer a agenda – tudo ótimo. Mas sem deliberação, é como andar com uma perna só. Temos uma ausência. É disso que o sistema de petições precisa. E isso foi uma escolha. Acho que nunca contei isso antes, mas eu estive envolvido bem no início, quando o governo estava desenhando seu site. Eu era parte da equipe analisando a plataforma de petições, junto com a British Telecom e várias pessoas dos departamentos do governo. Em todo encontro eu dizia que preferiria ter menos pessoas participando, mas com discussão. Melhor que ter milhões participando sem saber o que estão fazendo, sem saber o que está acontecendo. E houve uma escolha consciente de ir por um caminho em

vez do outro. Essas coisas não acontecem por acaso. Voltamos àquela questão do compromisso democrático com que comecei a entrevista – “nós não queremos que essas pessoas falem (risos), pois, se elas falarem, falarão besteira! O que queremos é que tenham acesso e ajudem a estabelecer a agenda”. Eu discordo disso. Acho que qualquer sistema plebiscitário não-deliberativo tende para o populismo. E mesmo se assim não for, ele não permite habilitar as pessoas a adquirir o tipo de prática democrática de que elas realmente precisam.

Você não parece muito otimista quanto ao potencial democrático das tecnologias de comunicação. O que pode ser feito na direção de mais democracia e deliberação? Que passos deveríamos tomar? Como preparar essas contribuições democráticas?

Bem, eu sou normalmente criticado por ser otimista demais! Eu sou um otimista. Como dizia Gramsci: “Pessimismo do intelecto e otimismo da vontade”. Não sei se sou um otimista ficando pessimista ou um pessimista ficando otimista. Na verdade, eu acho que as coisas podem mudar muito rápido e acho que há alguns desenvolvimentos muito interessantes. Eu realmente penso que o referendo tem algumas consequências positivas. Uma dessas consequências é que o velho sistema partidário dinossáurico que temos neste país vai ruir. Eu não acho que ele sobreviverá. Eu venho dizendo isso há anos – e geralmente as pessoas me levam a sério, mas ninguém nunca levou *isso* a sério. O que digo é: nem o Partido Trabalhista nem o Partido Conservador vão durar. Ambos são cascas. Suas filiações são absolutamente não-representativas. São extremamente pequenas e não representam nada em particular. Portanto, me parece que vemos uma mudança aí. E acho que veremos reformas. Há uma quantidade tremenda de imaginação democrática por aí. Acho que precisamos ser explícitos sobre a imaginação democrática. Eu acabei de escrever um livro (em dois meses!) chamado “*Can Internet Strengthen Democracy?*” (A internet pode fortalecer a democracia?), e minha resposta é sim. A razão pela qual eu acredito nisso – apesar de todos os problemas com a forma como esta questão foi formulada, que se presta a uma resposta determinista – é que nós, humanos, somos “animais falantes”. Nós gostamos de falar e estamos falando mais do que nunca. A circulação de experiência é marcante. O

que a internet fez foi quebrar o antigo pressuposto de que apenas algumas experiências podiam passar pelos *gatekeepers*. É aqui que os memes, o humor, o crescimento dos movimentos de protesto são importantes. O problema está nas instituições, e alguém tem que ceder. Ou o público vai desistir das instituições ou as instituições têm que mudar. Eu acho que as instituições podem mudar. Eu estava trabalhando com o governo trabalhista no início dos anos 2000 e pensei que poderíamos realmente fazer uma mudança. E quase fizemos, mas eles ficaram tímidos e não seguiram algumas das ideias para políticas públicas até onde poderiam ter ido. Quando Obama foi eleito nos Estados Unidos, ele também foi aconselhado por pessoas que queriam avançar com essa agenda, por vários motivos. Os velhos institucionalistas é que têm sido resilientes em certos aspectos. Eu sei que Manuel Castells disse que talvez seja necessária uma situação-limite. Uma situação como a que vocês têm, se posso dizer, no Brasil, ou nós agora na Grã-Bretanha. Precisamos de uma situação em que as coisas estão caindo aos pedaços de forma tão visível que engendra um sentimento de que ou as pessoas vão na direção do populismo mais desesperado, ou vão no sentido na reconstrução institucional.

E é aqui onde nós, como acadêmicos, estamos desempenhando um papel importante, em termos do nosso papel público de colocar ideias que estão na agenda pública. Uma das coisas que sempre fiz ao longo da minha carreira foi equilibrar a produção de material acadêmico com ir lá e conversar sobre políticas públicas e o que pode ser feito. Estou dando muitas entrevistas à mídia neste momento, depois do Referendo, e não estou sendo pessimista. Estou muito otimista, e digo que agora temos que sentar e nos perguntar essas questões sobre como vamos lidar com os afetos políticos, como respeitá-los, como lidar com a internet e como usá-la para algo significativo e construtivo. Eu vejo esse caminho na desaceleração da política e na criação de mais políticas deliberativas. Como vamos lidar com as instituições políticas. Eu não acho que o caminho seja a democracia direta, não sou a favor da democracia direta. Trata-se do que chamei de representação direta, que seria criar uma forma de representação que combina com um tempo em que as pessoas não precisam mais viajar cinco dias para chegar ao congresso nacional, mas agora podem ir online, podem chegar lá, e todos estão em contato com todos. Precisamos transformar nossas instituições e nosso sistema representativo em um sistema conversacional. Eu acho que tudo isso é possível. Não vejo isso como um problema, acho que haverá um apetite

enorme para isso. Penso que o problema tem sido a liderança política, não apenas a falta de liderança política, mas a clara oposição política. Os governos pelo mundo têm basicamente impedido [iniciativas nesse sentido]. A União Europeia impediu. Com ou sem o Reino Unido, a União Europeia tem um grande deficit democrático. É talvez um dos melhores experimentos democráticos dos últimos cem anos, e, no entanto, falha em princípios democráticos básicos. Tem dinheiro e pessoas brilhantes o suficiente para criar novas estruturas de comunicação, que poderiam mostrar ao resto do mundo maneiras interessantes de fazer isso, mas não o fez – ao contrário, tem resistido, pois a comissão e uma quantidade de instituições tem sido institucionalmente conservadoras. Então eu sou otimista porque acho que, em certo sentido, as pessoas agora têm que se perguntar: “Nós vamos em uma direção ou vamos na outra?”. A democracia é sempre incompleta. Eu nunca acreditei que temos uma democracia. Eu acredito que a melhor coisa que podemos ter é uma aspiração democrática, é um processo em construção. Nós temos sorte: em seu país, e no meu, você vota em alguém, elege, torce. Mas este é apenas o primeiro degrau. Há muito mais, sobre deliberação, sobre reconhecimento e também sobre os mercados... Precisamos enfrentar forças muito poderosas. Nos afastamos muito, nos últimos 30 anos, da abordagem da economia política sobre a mídia. Talvez tenhamos nos afastado demais. Adotamos, corretamente, uma análise muito mais culturalista, bem menos positivista, não mais governada por análises sociodemográficas simplistas. Por outro lado, temos que encarar a realidade de que os mercados são estruturas socioeconômicas que têm implicações restritivas imensas. A grande questão é como lidamos com elas. Como as domamos? Não vamos nos livrar delas, mas o que podemos conseguir é criar controles. Uma das principais funções da democracia nos últimos 200 anos é permitir o nosso controle. Você cria a educação pública, cria universidades, cria mídia pública. E agora, com a internet, precisamos criar espaços de serviço público online também.

A autora

Alessandra Aldé is a Master and PhD in Political Science from IUPERJ, professor of the Post-Graduation Program in Communication at UERJ and editorial coordinator of Compolítica journal.
ale3alde@gmail.com